



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco - Juizados Especiais
Processo:	00040508820198010070
Classe do Processo:	Petição
Data/Hora:	06/08/2021 12:21:12

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Documentos

Petição:	2605185_MANIFESTACAO_ SOBRE_DOCS_02 - 1-6.pdf
----------	--



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 2º JEC DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo n.º 00040508820198010070

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAMIELISON NUNES DE CARVALHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

FALTA DE PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Inicialmente, verifica-se que não consta nos autos qualquer instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DAS NOTAS FISCAIS APRESENTADAS

Oportunamente, vem à parte Ré informar que além da parte autora não ter apresentado prescrições médicas/receituário para compra dos medicamentos, foram localizadas notas fiscais de compras de itens diversos que não possuem relação com despesas de medicamentos, despesas médicas ou suplementares.

Vejamos:

NOTA FISCAL DA LOJA C&A - Loja de departamento de VESTUÁRIO.

C&A C&A MODAS LTDA - 06.784 J
CNPJ - 45.242.444-44
ESTRADA DA FLORÉIA, 2520 LOJA ANCOR 014 - F
LORESTA SUL, RIO GRANDE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRÔNICA

#	COD	DESC	QTD	UN	VL UN R\$	VL ITEM R\$
901	0008597043	KIT 2X1 COTTO108.21.001269 72	43700706697043011			
5	T	17.00R				
			1 Un X	19.95		19.95
002	0008725176	CHINELO HAVAI5402.20.00(885 45)	39575208725176012			
4	T	17.00R				
			1 Un X	16.99		16.99
QTD. TOTAL DE ITENS						16.99
VALOR TOTAL R\$						36.98
CARRO BANCAIRIO						36.98

Consulte pela Chave de Acesso em
<http://www.sefaznet.ac.gov.br/nfc/nfca>
1217.1245.2429.1403.4344.6900.4000.0616.5610.0001.3337

CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO
NFC-e nº 00061656 Serie 004 21/12/2017 21:27:17
Protocolo de autorização: 512170047237179
Data de autorização 21/12/2017 21:27:17



Trib. Tot. Incidentes (Lei Fed. 12.741/2012) R\$ 9.71
NF-e: 107e22936322e5250c16a6e51c0f4ea
SAC C&A VERSÃO 11.4 R07 - QT 1: F15C1F64662F9A57
TRAN:004 LJ:0784 OP:045 CDB:001311 UENF:0 PDU:00000000

COMPRA DE ANTISÉPTICO BUCAL:

RECOL PARA LTDA
AVENIDA NACDES UNIDAS, 758, BOSSQUE - RIO GRANDE-AC, FONE
(88)21063900
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

17/12/17 08:52:26 LJ 001 PDV 004 DDC 83212 DP CATIANE DA SILVA LIMA

CODIGO DESCRICAO	QDTE UN	VL UNIT	VL TOTAL
7891024138089 ANTI SEPT BUCAL PLAX 80 ML ICE	1UN	4,00	4,00

Qtd. Total de Itens 1
Valor a Pagar R\$ 4,00
FORMA PAGAMENTO VALOR PAGO
Dinheiro 10,00
Troco R\$ 6,00

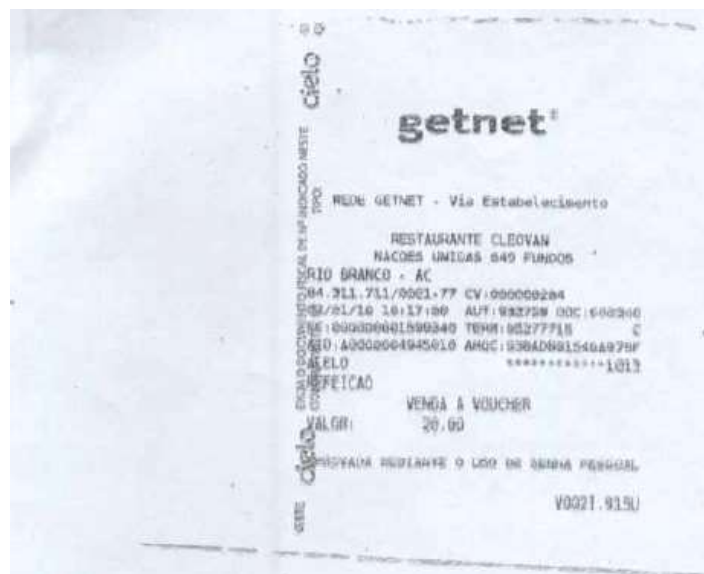
VENDEDOR: 77 - CATIANE COMAND: 1
Cliente: CPF/CNPJ:
Obs:

Consulte pela Chave de Acesso em
<http://sefaznet.ac.gov.br/nfca>
1217 1221 3835 2700 0101 6510 4600 0429 7010 0042 9702
CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO
NFC-e n. 000042070 Serie 104 17/12/2017 08:52:47
Via Consumidor
Protocolo de autorização: 312170048450005
Data de autorização: 17/12/17 08:52:47



Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741/2012):
R\$ 0 35 21% Federal 19% Estadual 81% Municipal 0%

NOTA FISCAL DE RESTAURANTE:



COMPRA DE BOLO, PÃO DE QUEIJO E BOMBOM SONHO DE VALSA:



COMPRA DE BEBIDA LACTEA, MACARRÃO, LEITE, BISCOITO, IOGURTE, FRALDA INFANTIL E SALGADINHOS:

- 79 IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
 CEP - R4 308.960/0005-00
 AVENIDA DO AVIARIO, 122 - AVIARIO - RIO BRANCO - AC
 Documento Auxiliar de Nota Fiscal de Consumidor
 (Fisco)

LINE VENDA

QTD.	DESC.	QTD. UN.	UL	UNIT	ST	UL	ITEM
01	07891030003016	BEB LACT	MOCOQ	1UN	FI		0,69
02	07891030003016	BEB LACT	MOCOQ	1UN	FI		0,69
03	07891030003016	BEB LACT	MOCOQ	1UN	FI		0,69
04	07898080540028	BEB LAC	ITALAC	1UN	FI		1,19
05	07898080540028	BEB LAC	ITALAC	1UN	FI		1,19
06	07891079000229	HAC MISSIN	LAM	1UN	FI		1,29
07	07898215153030	LEITE PIRAKIOS	1UN	FI			1,29
08	07891962036069	BISC A	USCUNT	1UN	FI		1,69
09	07898047290095	DOZ TRUITA	ABA	1UN	FI		0,99
10	07898047290095	DOZ TRUITA	ABA	1UN	FI		0,99
11	07891079000229	HAC MISSIN	LAM	1UN	FI		1,29
12	07898215153030	LEITE PIRAKIOS	1UN	FI			1,29
13	07501007498890	FRIT. PANF	SUP	1UN	FI		7,79
14	07891097068346	BEB LACT	ELEGE	1UN	FI		3,49
15	07898949703793	SALA	DUQUYOS	5 UN	FI		1,09

TOTAL DE ITENS 15
 VALOR TOTAL R\$ 25,85
 VAL A PAGAR R\$ 25,85
 Desconto R\$ 50,00
ROCO R\$ 24,35

Numero 000959522 Serie 109 Emissao 06/01/2018 12:10:05
 "Consumidor"
 Consulta para dados de acesso em
 http://sbfscnet.ac.gov.br/nfe4
 1218 0184 3089 0000 0509 6516 9000 0595 2210 6120 9543
 CONSUMIDOR NAO IDENTIFICADO

Autorizacao: 312180000737319 06/01/18 12:10:01
 Data Inicio Lei Federal 12.741/12 - R\$ 5,37
 Valor do Cupom R\$ 5,37 (20,94%)
 0699 0:032123 E:094932-000635 IN

COMPRA DE AGUA:

[illegible]

Logo, vem a parte Ré impugnar as notas fiscais apresentadas, em razão da ausência de nexo com as despesas oriundas do acidente de trânsito narrado, bem como as demais, haja vista ausência de prescrição médica.

LAUDO INCONCLUSIVO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexos de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que não indica corretamente a LESÃO suportada pelo periciando.**

Segmento Anatômico				
1ª LESÃO: Fratura em tibia esquerda + fasciotomia de compartimento lateral da perna esquerda.				
R:				
<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa	<input type="checkbox"/> 100% Total
2ª LESÃO: Trauma abdominal fechado submetido a laparotomia exploradora sendo realizada a esplenectomia.				
R:				
<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa	<input type="checkbox"/> 100% Total

ORA EXA., AS LESÕES APURADAS NÃO ENCONTRAM-SE ENQUADRADAS NOS SEGMENTOS CORPORAIS PREVISTOS NA TABELA NA LEI.

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alterado; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou de livre deslocamento corporal; (c) perda completa de controle esfintérico; (d) comprometimento de função vital ou autoconservação	R\$ 12.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.250,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.250,00
Lesões de órgãos e estruturas orais-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou retro-peritoneais quando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autônoma, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de um dos membros inferiores	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da função (mudo: completa) ou da visão de um olho	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda completa da mobilidade de um dos dedos, polegar, anelar, médio ou dedo anelar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.250,00	R\$ 937,50	R\$ 625,00	R\$ 312,50	R\$ 125,00
Perda integral (retirada cirúrgica) de boço					

Repita-se que o laudo pericial apresentado não deixa claro quanto o segmento corporal que encontra-se acometido de INVALIDEZ.

Na hipótese, o perito **não realiza o devido enquadramento** de eventual lesão sofrida pelo autor de acordo com a tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece que nos casos de invalidez parcial incompleta, será realizado o enquadramento da perda anatômica ou funcional.

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Deste modo, vem à parte Ré IMPUGNAR o presente laudo e requerer a intimação do ilustre perito para esclarecer qual o segmento corporal encontra-se com invalidez parcial, bem como sua devida gradação, de acordo com a tabela inserida à Lei 11.945/09.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 3 de agosto de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC